

Senhor Presidente da Assembleia da República

Senhor Reitor da Universidade de Coimbra

Senhor Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Direito

Senhoras Doutoradas, Senhores Doutores

Senhor Presidente do Tribunal Constitucional

Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, representado pelo

Senhor Presidente da Relação de Coimbra

Senhor General Ramalho Eanes

Senhor Doutor Mário Soares

Senhor Ministro da Justiça

Senhor Procurador Geral da República

Senhores Secretários de Estado

Senhores Deputados à Assembleia da República

Senhores Deputados ao Parlamento Europeu

Senhores Reitores Rui de Alarcão e Fernando Rebelo

Senhores Vice-Reitores de outras Universidades Portuguesas

Excelentíssimas Autoridades

Senhores Assistentes e Investigadores

Caros Estudantes

Prezados Funcionários

Senhoras e Senhores

Mais uma vez o Magnífico Reitor convocou o Claustro dos Doutores para a Sala dos Actos Grandes, que se cobre de galas e se enche de cores e de música para acolher esta cerimónia solene de imposição das insígnias doutorais, *honoris causa* desta vez.

Assim se cumpre a tradição, celebrando em festa a chegada de mais um Doutor a quem foram reconhecidos méritos que justificam lhe tenha sido outorgada a mais alta honraria que a Universidade concede.

Pessoalmente, felicito-me por poder dar o meu contributo – modesto, bem sei – para que a tradição se afirme e reforce o seu simbolismo. O respeito pela tradição não é folclore nem cultura bolorenta, nem se confunde com qualquer atitude saudosista ou com qualquer culto lamechas do passado. O respeito pela tradição, quer se trate de pessoas, de grupos sociais ou de instituições, representa, a meu ver, a preservação da memória. E esta é fundamental para não perdermos a perspectiva da história, a perspectiva da nossa própria história individual e, sobretudo, da história da comunidade em que nos inserimos. É essencial para sabermos quem somos, de onde vimos e para onde vamos. É a única forma de garantir a capacidade de cada um modelar a sua própria vida e ajudar a transformar o mundo e a vida dos homens.

Se rejeitarmos ou ignorarmos a nossa história como Instituição, dificilmente poderemos compreender o que somos hoje e certamente não seremos capazes de planear e de construir o futuro. E a história não é divisível, nem dela poderemos receber os dias de esplendor, recusando-nos a aceitar as noites de trevas. Temos de assumir a nossa história por inteiro,

nas suas grandezas e nas suas misérias, que de umas e outras se compõe toda a humana história. E nenhum sentido tem fazer juízos morais sobre a história. Devemos conhecê-la e estudá-la, para tentar evitar a repetição de erros passados.

No que toca à Universidade de Coimbra, a tradição é um factor de identidade, é o alimento da nossa coesão, da nossa capacidade de afirmação, da nossa força para construir o futuro. A tradição é, pois, na Universidade de Coimbra, caminho do futuro, não saudade do passado.

Uma mensagem de confiança, de força e de futuro trouxeram ao Reitor os antigos alunos do Curso Jurídico de 1932-1937, que à sombra da *Alma Mater* se reuniram para celebrar o 70º Aniversário da sua formatura. É bonito demais para ficarmos indiferentes a esta mensagem.

Mensagem de futuro é a que nos transmitem as várias Associações de Antigos Estudantes de Coimbra espalhadas pelo País, bem como a *Rede de Antigos Estudantes da Universidade de Coimbra*, organizada pela Reitoria, que já conta com milhares de inscritos.

Mensagem de futuro é a única que pode esperar-se da nossa AAC, com a juventude dos seus 120 anos.

Só pode estar no caminho do futuro uma Universidade que conta 18% de estrangeiros entre os seus alunos, vindos de cerca de seis dezenas de países de todo o mundo, a Universidade que dá o nome à mais importante rede de universidades europeias (o *Coimbra Group*), a Universidade cuja página na internet recebeu no último ano mais de 115 milhões de visitas!

Perante as adversidades do presente, a consciência da nossa matriz identitária dá-nos confiança para enfrentar todas as tormentas e para proclamar – como sempre o faz o nosso Reitor - que a Universidade de Coimbra não cairá no discurso choramingas e coitadinho. Continuaremos a definir os nossos objectivos e a lutar por eles.

Por mais que isso custe a alguns, está no caminho do futuro a Universidade que hoje o recebe como Doutor *Honoris Causa*, Senhor Doutor Almeida Santos, a Universidade que vem sendo considerada, nos últimos anos, a melhor universidade portuguesa (no ano passado, a melhor universidade do mundo onde se fala português). É o que consta de um dos mais prestigiados e credíveis rankings mundiais, elaborado pelo *The Times Higher Education Supplement* e pela *Quacquarelli Symonds*.

Senhor Doutor Almeida Santos:

Estou seguro da sua concordância com o que acabo de dizer. Nem eu o diria se não acreditasse que assim é. Porque estas palavras foram escritas e ditas em sua homenagem. Por mandato da minha – e sua – Faculdade, que me quis honrar, mais uma vez, ao encomendar-me o elogio de António de Almeida Santos nesta cerimónia em que lhe vão ser impostas as insígnias de Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra. Tenho a certeza de que outros o fariam com mais brilho do que eu. Início, porém, a minha fala confortado pela generosidade do seu gesto ao comunicar-me que a escolha do Conselho Científico da nossa Faculdade seria também a sua escolha, se ela lhe coubesse. Pois bem. Não terá o elogio de um escritor e orador à altura dos créditos do homenageado. Terá apenas as palavras chãs de um seu amigo e admirador. Quem dá o que tem a mais não é obrigado.

Um amigo que o conheceu pessoalmente há muitos anos. Talvez nem o senhor se recorde já do episódio, que a juventude do seu espírito não privilegia ainda as memórias antigas. A minha idade, porém, já vai trazendo à boca de cena as recordações mais remotas.

A verdade é que lhe fui apresentado num dia de 1964 no escritório do Dr. Salgado Zenha, na Rua Augusta, onde eu fazia estágio para uma profissão que não tencionava vir a exercer. O Dr. Zenha chamou-me ao

gabinete onde conversava consigo, creio que para eu ouvir o que o Dr. Almeida Santos diria a seguir: se descobrisse um jovem advogado com qualidade, estaria disponível para abrir um escritório em Lisboa, de modo a poderem alternar os dois entre Lisboa e Lourenço Marques. Pouco depois, o Dr. Almeida Santos despediu-se e saiu. E o Dr. Zenha logo me perguntou se eu não queria aproveitar aquela hipótese. Não, disse-lhe eu, porque não gosto da advocacia. E a história acabou aqui.

Passaram 43 anos. E aqui estamos, em Coimbra, na Universidade, na Faculdade de Direito, a falar de Salgado Zenha, o Chico Zenha, como sempre se lhe referia o Mário Canotilho, meu primo, meu irmão, meu amigo, meu camarada, meu ídolo, pela mão de quem cheguei ao escritório do Dr. Salgado Zenha.

Creio que o Doutor Almeida Santos ficará feliz por eu ter trazido estes Amigos à sua festa. De Zenha diz o senhor que o idolatrou desde que o conheceu em Coimbra, como dirigente associativo e como militante político. Nas suas próprias palavras, vivíamos em “um País censurado, oprimido e travado por todos os medos” (*Quase Retratos*, 110). Para o dizer em versos belíssimos de Sophia, era “tempo de silêncio e de mordaza”, “tempo de medo e de traição”, “tempo de ameaça”, “tempo de escravidão”. Zenha, como Mário Canotilho, eram então militantes do PCP, com responsabilidades de direcção nas organizações universitárias do Partido. Ambos pagaram por isso nas prisões salazaristas. António de Almeida Santos chegou um pouco mais tarde à Universidade, onde rapidamente se integrou na luta contra o fascismo: foi militante da *Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas*, mas nunca se inscreveu no Partido Comunista.

Eleito Zenha Presidente da Direcção-Geral da AAC, esta viria a ser demitida cinco meses depois por se ter recusado a comparecer, no dia 19 de Maio de 1945, na cerimónia de homenagem a Salazar. Na tomada de posse

da comissão administrativa nomeada pelo governo, o Reitor tratou os membros da Direcção-Geral de forma desrespeitosa, acusando-os de serem “sinistros agentes subversivos” e faltando à verdade dos factos, segundo Zenha, que respondeu ao Reitor num opúsculo famoso (*Reposição de Factos*). O “aluno quase desconhecido” intimava o “Reitor prestigiado e laureado” a fundamentar as afirmações que fizera. Caso contrário, seria difamação e “aos tribunais comuns é que compete a resolução destes casos”. A concluir o seu texto, dirigindo-se ao Reitor, o jovem Zenha anunciava o estilo acutilante que viria a ser o seu, como advogado e como político: “V. Ex^a teve uma comenda, eu fui demitido”.

Magnífico Reitor,

Caros Colegas

Foi neste ambiente que António de Almeida Santos cresceu como estudante de Coimbra, formando-se como jurista e como cidadão. Ele próprio faz luz sobre a matriz do seu pensamento de então (*Quase Memórias*, I, 18):

“Se nunca fui comunista no sentido de filiado no respectivo partido, vivi a exaltação de fortes convicções na imitação desses geniais subversores [Cristo e Marx]. O pobre no lugar do rico; a meretriz com direito a nuvem no céu; a grande família humana – universal em Cristo, proletária em Marx – no lugar da família biológica; o sentido comunitário da propriedade e da distribuição dos bens terrenos; o mundo ao alcance dos mandados, tudo isso se me afigurava remédio à mão contra um mundo dividido em párias e nababos, poderosos e sujeitos, nazis e judeus, fabricantes de armas e vítimas delas, brancos e negros”.

Naquele “imundo tempo carcerário” (nas palavras de Orlando de Carvalho, que não poderia faltar a esta festa), Almeida Santos comprometeu-se abertamente na luta contra o fascismo salazarento, esse

“holocausto civil de todo um povo”, como ele próprio lhe chama (7 X ABRIL). Holocausto que, finda a Guerra, continuou a ser praticado às claras, perante a passividade e a cumplicidade (activa, em muitos casos) das democracias europeias, que deixaram sobreviver o fascismo na Península Ibérica, sacrificando portugueses e espanhóis a um novo “pacto da vergonha”, condenando-nos, friamente (em nome da *guerra fria*) a mais trinta anos de atraso e de humilhação, treze deles marcados a ferro e fogo por uma guerra iníqua e sem sentido. É uma dívida que nunca será paga.

Almeida Santos é um daqueles que dão razão a Saramago quando defende que “as pessoas são, essencialmente, o passado que tiveram” (*Diário*, III). Tendo conhecido o fascismo por dentro (“o ditador, os ditadorzinhos e os ditadorzecos”, os “monstros frios que nos governavam”), Almeida Santos tem denunciado as tentativas de “reabilitar o nosso próprio regime fascista” (*Pare, pense e mude*, 223), chamando a atenção para o perigo de “operações de branqueamento de imagem, inequívocas e frequentes demais para não serem suspeitas” (7 X ABRIL, 118).

Nos meus contactos com os jovens – que não sabem, em grande parte por culpa nossa, o que custa viver sem democracia, e quanto foi longa, dura e difícil a luta pela democracia, nem sabem o que é e para que serve a democracia – nos meus contactos com os jovens, costumo dizer-lhes que a democracia nunca é uma conquista irreversível, que temos de a defender, consolidar e reforçar todos os dias, que corremos o risco de a perder, se a tratamos mal. Sinto-me confortado por verificar que esta é também a opinião autorizada de Almeida Santos: “Não há vitórias definitivas, escreve ele. A democracia e a liberdade nunca o foram. Não nos esqueçamos disso” (7 X ABRIL, 134 e 158).

Não sou capaz de designar a ditadura que nos oprimiu por “regime anterior”. Porque me parece que esta expressão aparentemente neutra pode

ser um instrumento ao serviço da acção branqueadora que Almeida Santos denuncia com a lucidez e a frontalidade habituais. Não se trata de alimentar qualquer espírito de vingança. Falo de fascismo, apesar de saber que esta não é hoje uma designação elegante e que pode mesmo ferir alguns ouvidos mais sensíveis, apenas porque acredito que é preciso preservar a memória. “Fascismo já ouvimos dizer que não houve” (*Quase Memórias*, I, 24), não é verdade, Doutor Almeida Santos?

Senhor Reitor

Senhores Doutores

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Reparo agora que venho falando de António de Almeida Santos sem o ter previamente apresentado. Dir-me-ão que não é necessário, que ele é mais ilustre e mais conhecido do que este apagado orador. E eu concordo. Mas a verdade é que o Senhor Reitor, cumprindo a liturgia da cerimónia, me deu a palavra para eu fazer valer, perante o Claustro dos Doutores, o merecimento do doutorando. Nestas circunstâncias, acho que devo cumprir honradamente a minha obrigação, como sempre tenho procurado fazer ao longo da minha vida. E, neste caso, com muito prazer o faço.

Em tom de brincadeira, Almeida Santos costuma dizer de si próprio que é “um homem de cabeça”. Porque nasceu na aldeia de Cabeça, logo acrescenta. Mas não só por isso, acrescento eu, o nosso homenageado de hoje é um homem de cabeça. A sua vida pessoal, profissional e política é a prova provada de que estamos perante um homem inteligente e culto, trabalhador e disciplinado, exigente consigo próprio, dotado de rara capacidade argumentativa, qualidades que justificam os êxitos que alcançou em todas as actividades em que empenhou a sua vida e nas quais alcançou sempre posições cimeiras.

António de Almeida Santos foi um aluno excepcional no liceu e foi um bom aluno nas *universidades* que frequentou. Com efeito, entre 1945 e 1950, o jovem de que vos falo frequentou a nossa Faculdade de Direito, onde concluiu a licenciatura e o Curso Complementar de Ciências Jurídicas com elevada classificação, tendo visto publicada no *Boletim* da Faculdade a sua tese *Ensaio sobre o direito de Autor*, por sugestão do Doutor Manuel de Andrade. Um autêntico galardão!

Mas frequentou, ao mesmo tempo, outras ‘universidades’, onde igualmente aprendeu e ensinou, dando mostras dos seus múltiplos talentos.

Frequentou a AAC, onde participou activamente nas lutas associativas e onde foi jogador de andebol, praticando também basquetebol e voleibol. E foi tenor no Orfeon Académico, e foi cantor do fado de Coimbra, e tocou guitarra na Tuna Académica, aplicando as lições que recebeu do Mestre António Pinho de Brojo, que aqui recordo com afectuosa saudade.

Frequentou também a universidade da vida, comprometendo-se, como já disse, na luta política: ainda estudante, com 23 anos de idade, fez parte da Comissão Distrital de Coimbra da Candidatura de Norton de Matos à Presidência da República, em 1949.

Como membro do Orfeon, integrou o grupo numa viagem a Moçambique, em 1950. Aí conheceu o Bispo da Beira, D. Sebastião Soares de Resende, que lhe falou, de forma lúcida e documentada, dos “crimes do colonialismo”, anunciando como coisa certa, cinco anos antes da Conferência de Bandoeng, a inevitável emancipação dos povos africanos. Almeida Santos aderiu de imediato às ideias e às causas deste bispo. E decidiu que, uma vez formado em Direito, iria para África exercer a profissão de advogado e ajudar à libertação das colónias portuguesas do jugo colonial.

Se bem o pensou, melhor o fez, seguindo aliás as pegadas do pai e os caminhos seculares deste povo cuja sina (ou cuja condenação) é “não caber no berço” (Torga, *Diário*, XV). Pouco tempo depois de concluídos os estudos jurídicos, António de Almeida Santos rumou a Moçambique, onde iniciou uma brilhante carreira de advogado, sem dúvida um dos mais respeitados e bem sucedidos do seu tempo. Como advogado, defendeu, nos tribunais especiais, várias vítimas da repressão fascista e defendeu também, em circunstâncias várias, inúmeros africanos (entre eles, Samora Machel), aos quais sempre fez questão de não cobrar nem um centavo de honorários.

Em Lourenço Marques, Almeida Santos integrou o chamado *Grupo de Democratas de Moçambique*, que protagonizou uma destacada frente unitária de resistência anti-fascista e anti-colonialista, denunciando a exploração, as humilhações, os maus tratos, as vexatórias sujeições e discriminações, o trabalho forçado, a verdadeira escravatura a que eram sujeitos, sistematicamente, os povos das colónias portuguesas (expressões de Almeida Santos), e defendendo o direito destes à autodeterminação e à independência. A atitude ética e política de Almeida Santos alicerçou-se sempre neste princípio, lapidarmente enunciado num dos seus livros (*Por favor, preocupem-se*, 179): “O racismo, tal como a pobreza, não fazem parte da ordem natural das coisas. Podem, ambos, ser vencidos”.

Em 25 de Abril de 1974, os militares do MFA puseram fim a 48 anos de sofrimento e de luta dos portugueses contra a opressão. E o povo saiu à rua, que é lá o seu lugar, o povo “que nunca traiu, o que dá esperança, o das revoluções populares, o que trabalha dia e noite sem esmorecer, o que acaba por ter sempre a última palavra nos acontecimentos, o do arado e do remo, o que não cabe nas crónicas” (Torga, *Diário*), o povo que faz a história e fez a *Revolução dos Cravos*.

Restituído Portugal aos portugueses, António de Almeida Santos em breve seria chamado a assumir subidas responsabilidades políticas nos governos do Portugal democrático. Antes disso, poucos dias depois que Abril abriu as portas da liberdade, Almeida Santos entendeu dever tomar posição pública relativamente a um assunto que considerava mal resolvido no Programa do MFA: o problema colonial. Em sintonia com as forças políticas de esquerda, o futuro Ministro da Coordenação Interterritorial (estranha designação para o Ministro cuja missão só poderia ser a de preparar o fim do império colonial) defendeu que, após treze anos de guerra, não estávamos em condições de fazer exigências aos movimentos de libertação de Angola, da Guiné e de Moçambique. Tínhamos de reconhecer imediatamente o direito dos respectivos povos à independência e de negociar com os movimentos de libertação as condições do exercício desse direito. Na opinião de Almeida Santos, “o Programa do MFA era irrealista”, porque “pressupunha que tínhamos tempo que não tínhamos. A descolonização dependia da paz. E esta só podia ser negociada com quem nos fazia a guerra”. É uma posição coerente por parte de quem desde cedo compreendeu que “os grandes movimentos da história não são vencíveis pela força das armas”, verdade que “os senhores do mundo continuam com frequência a esquecer”, como diz num dos seus livros mais recentes (*Quase Memórias*, II, 52).

Tinha razão Almeida Santos e os que com ele defendiam que, por culpa do colonialismo português, “a descolonização tinha deixado de ser uma concessão ou um pacto, para passar a ser uma imposição, ou, no mínimo, uma exigência irrecusável” (*Quase Memórias*, II, 439). O que estava em causa, afinal, era a aceitação da *legitimidade revolucionária* dos movimentos de libertação, atitude que pareceria natural depois do 25 de Abril, ele próprio legitimado pela revolução, a legitimidade de todos os movimentos históricos de ruptura, a legitimidade que se impôs em todos os

processos de descolonização antecededidos por guerras de libertação (Cfr. *Quase Memórias*, II, 65).

Os que recusaram aceitar esta legitimidade revolucionária foram os que, no próprio dia 25 de Abril de 1974, quiseram evitar que *o poder caísse na rua*, os que não gostaram nunca de ver o povo sair à rua, os que não querem que seja o povo a fazer a história, os que sempre recusaram aceitar que o 25 de Abril fosse uma revolução e fizeram de tudo para o confinar ao figurino acanhado de um golpe palaciano que deixasse inalterado o essencial, incluindo, ao que parece, o direito de Portugal continuar a *coordenar os territórios ultramarinos...*

Nas suas *Quase Memórias*, livro importante (concorde-se ou não com tudo o que nele se diz) para a leitura da história portuguesa da segunda metade do séc. XX, Almeida Santos mostra como pagámos caro a falta de lucidez (para usar uma expressão diplomática) daqueles que, após a Revolução de Abril, teimaram, durante demasiado tempo, em continuar a querer ser eles a decidir o futuro dos povos das colónias, obrigados a recorrer à guerra que não queriam para fazer valer os seus direitos.

António de Almeida Santos foi ministro várias vezes e ministro de muitas pastas, ministro-adjunto do primeiro-ministro e ministro de estado; foi, em três mandatos, Presidente da Assembleia Municipal da Guarda; foi deputado à Assembleia da República, presidente do grupo parlamentar do seu partido e, por duas vezes, Presidente da Assembleia da República. Actualmente, é Presidente do PS e membro do Conselho de Estado, apesar de entender que este órgão é, entre nós, “pouco mais do que uma ficção constitucional”. E é, desde há dias, para nossa honra e proveito, membro da assembleia que há-de aprovar os estatutos da Universidade de Coimbra.

Magnífico Reitor

Senhoras e Senhores

António de Almeida Santos tem sido, como se vê, um homem de acção. Mas foi sempre, também, um homem de estudo e de reflexão. E um homem de escrita. “Precisei sempre da escrita para me sentir realizado”, diz ele com frequência. E a verdade é que começou a escrever muito cedo, ainda estudante de Coimbra (contos, livros de Direito, ensaios) e não mais parou, dando à estampa mais de duas dezenas de livros, antes e depois do 25 de Abril, alguns com honras de apreensão pela Pide.

Ao preparar-me para este exame, reli uma boa parte deles – devo confessar que não todos, cabulice própria de mau aluno – e, finda a leitura, apeteceu-me aproveitar esta oportunidade para conversar com o Autor sobre alguns dos temas objecto da sua reflexão, especialmente aqueles em que não acompanho os seus pontos de vista. Estou certo de que esta modalidade de intervenção não desagradaria ao Doutor Almeida Santos. Como autor e como político, ele sabe muito bem que a crítica livre e pública é a essência da democracia e da sua plena realização e é também o caminho do aperfeiçoamento de quem não desiste de pensar pela sua própria cabeça. E sabe também – quero acreditar – que, se eu optasse por essa via, era apenas para o homenagear, não para fazer em vida a minha própria estátua, arte para que não tenho o mínimo talento. Mas talvez esta abordagem não se adeque à solenidade e ao simbolismo do momento e talvez não correspondesse à expectativa de quem me encomendou esta oração. Preciso, pois, de encontrar outro modo de não reprovar no exame.

Começo por realçar que Almeida Santos analisa temas tão importantes e tão actuais como o colonialismo, o racismo, a explosão demográfica, o flagelo da droga, a globalização, o desemprego, a exclusão social, o tráfico de seres humanos, os problemas do ambiente, a revolução científica e tecnológica, a bioética, os modelos de desenvolvimento, o

estado social, a integração europeia, os fundamentalismos, a crise da democracia representativa, a crise dos valores e a crise do direito. Almeida Santos escreve, afinal, sobre nós, sobre o nosso tempo, sobre os nossos problemas colectivos, estimulando-nos e ajudando-nos a fazer o mesmo.

Distanciando-se com frequência – e conscientemente o faz – das “visões e atitudes politicamente correctas” (*Avisos à Navegação*, 10/11), Almeida Santos faz de ‘sineiro’, tocando a rebate para acordar as consciências (*Do outro lado da esperança*, 11) e assume-se como “apóstolo da mudança”, não raro em tom de idealismo utópico e quase messiânico. O que nos faz crer que o pessimismo não é – ao contrário do que afirma com insistência – uma marca do seu carácter. Os ‘apóstolos’ costumam anunciar a boa nova e são optimistas por natureza das coisas e – diria - por ‘dever de ofício’. De resto, quem o conhece sabe que este jovem de oitenta e um anos gosta da vida e das coisas boas da vida. E gosta das pessoas. Certamente porque viveu bem a sua vida e vive em paz com a sua consciência.

O seu idealismo não ofusca a realidade nem diminui a lucidez com que a analisa. Por isso concluo que o seu proclamado pessimismo é afinal uma forma de lutar por um mundo melhor, transformando-se, nas suas próprias palavras, na “única forma de optimismo consciente e construtivo” (*Avisos à Navegação*, 11). Almeida Santos *escolheu preocupar-se* (7 X ABRIL, 107) e intima-nos a fazer o mesmo: *Por favor, preocupem-se!*; *Pare, pense e mude*, são títulos de dois dos seus livros de ‘apostolado’. Quando fala de pessimismo, quer significar, afinal, que “o que julga que vai mal no mundo dos homens” (*Por favor, preocupem-se!*, 8) justifica todos os receios e todas as críticas.

Neste mundo de grande desespero e de grande esperança, Almeida Santos afirma muitas vezes que “a esperança é possível”, mas não se esquece de nos avisar de que “é preciso fazer por ela” (7 X ABRIL, 93). Ele sabe que, como diz a canção de Chico Buarque, “quem espera nunca

alcança”. Por isso insiste em que é preciso *pôr tudo em causa*, é preciso *lutar pela esperança* (*Por favor, preocupem-se!*, 11 e 55), rejeitando a atitude dos “profetas da submissão” (7 X ABRIL, 60), dos que se refugiam no *autismo das suas vidas* (*Pare, escute e mude*, 39), dos que se *drogam com ilusões* (*Por favor, preocupem-se*, 14). Tem, pois, razão, meu caro Amigo, quando conclui (*Por favor, preocupem-se!*, 10): afinal, “o optimista sou eu”! Claro que é. Numa das *Odes* de Ricardo Reis diz o poeta que “os deuses são deuses porque não se pensam”. Mas o senhor tem passado a vida a pensar-se, o que é um sinal de inteligência e um sinal de humanidade. Não pode ser um sinal de pessimismo.

Senhor Reitor

Senhoras Doutoradas e Senhores Doutores

Para conquistarmos a esperança é preciso conhecer os males que nos afligem. E Almeida Santos aponta alguns: a exclusão social, a pobreza, as desigualdades crescentes, o desemprego, a destruição do ambiente, o consumismo, o tráfico de droga e a tóxico-dependência, o tráfico de seres humanos, a insegurança, a criminalidade organizada.

É preciso, depois, tentar compreender as causas destes males. Na reflexão de Almeida Santos, a *explosão demográfica* está na base de muitas das suas angústias, porque poderá explicar alguns destes flagelos. Rompendo a promessa feita, direi que não posso acompanhá-lo nesta visão malthusiana.

A África é um continente de muito baixa densidade populacional: a explosão demográfica não pode explicar as suas desgraças.

O Brasil – tão grande como a Europa do Atlântico aos Urais – não é pobre (apesar das enormes riquezas que possui) por ser sobrepovoado. Celso Furtado explicou certa vez aos membros do Congresso brasileiro

reunidos em Brasília para o ouvirem: somos um país subdesenvolvido, porque, há muito, 20% de nós andamos a comer os restantes 80%.

A explosão demográfica também não pode explicar que, segundo dados recentes do Departamento de Agricultura dos EUA, 35 milhões de americanos tenham passado fome em 2006, dos quais 12,6 milhões são crianças (quase 20% da população infantil do país mais rico do mundo).

Todos concordaremos com Amartya Sen quando defende que o facto de haver pessoas que passam fome - e que morrem de fome ou de doenças provocadas pela fome - só pode explicar-se pela *falta de direitos* e não pela *falta de bens*. O problema fundamental que se nos coloca não é, pois, o da *escassez de bens*, mas o da *organização da sociedade*.

Comentando este ponto de vista de Sen, pergunta Ralf Dahrendorf: “Porque é que os homens, quando está em jogo a sua sobrevivência, não tomam simplesmente para si aquilo em que supostamente não devem tocar mas que está ao seu alcance? Como é que o *direito* e a *ordem* podem ser mais fortes que o *ser* ou *não ser*?” Socorrendo-nos de Amartya Sen, poderemos dizer que a resposta está na *falta de direitos*. Ou na *falta de poder*. Talvez seja este o problema decisivo. É que, já os fisiocratas o compreenderam, o poder (o estado) existe para “punir, pelo magistério dos magistrados, o pequeno número de pessoas que atentam contra a propriedade de outrem” e, como ensinou Adam Smith, o poder (*Civil Government*) existe para “defesa dos ricos em prejuízo dos pobres”.

Ao equacionar esta problemática, é natural a pergunta de Dahrendorf: “o que seria preciso para modificar as *estruturas de direitos*, de modo a que mais ninguém tivesse fome?” A própria pergunta parece encerrar a resposta: é necessário *modificar as estruturas de direitos* (i. é, as *estruturas do poder*), do poder económico, do poder social, do poder político. O mercado – que não é um *mecanismo natural*, mas um *produto social*, uma *instituição política* (David Miliband), um mecanismo de

afirmação e de regulação de poderes – é uma das estruturas que tem de ser posta em causa.

Refiro-me, essencialmente, a essa espécie de *mercado-deus* que os fundamentalistas do neoliberalismo proclamam ser o centro da *única racionalidade possível* em todas as esferas da vida, o *mecanismo natural* que tudo resolve, espontaneamente, objectivamente, infalivelmente, *acima do justo e do injusto*.

Estou certo de que o Doutor Almeida Santos concordará comigo em que não faz sentido que o mercado substitua a política, que a concorrência substitua a cidadania, que a eficiência e a competitividade substituam o direito e a justiça. Porque não faz sentido confiar ao mercado a vida de cada pessoa e a vida dos povos. O êxito desta *teologia do mercado*, que nos vem impondo a *mercadização da vida*, seria a concretização do perigo para que, há já alguns anos, nos alertava o insuspeito e bem informado Paul Samuelson: o perigo do *fascismo do mercado*.

O enorme desenvolvimento das forças produtivas e, acima de tudo, o extraordinário desenvolvimento do próprio homem enquanto produtor de ciência e tecnologia e titular de conhecimento e de informação, bem como o desenvolvimento da produtividade daí resultante, permitem que a humanidade produza mais do que o necessário para satisfazer condignamente as necessidades de todos e que haja mais tempo para as actividades libertadoras do homem, em vez de o afectar a *produzir cada vez mais bens para ganhar cada vez mais dinheiro para comprar cada vez mais bens*. Por isso é imperioso que a ciência económica não continue a adiar a busca de um *outro padrão de racionalidade*, devendo assumir-se de novo como *economia política*, como um *ramo da filosofia social*. Porque “a economia contemporânea tem mais necessidade de filósofos do que de econometristas” (Ch. Stoffaës).

Mas Almeida Santos não se fica, é claro, pela explosão demográfica. Fala-nos, criticamente, do *modelo neoliberal da economia de mercado*, que considera “incapaz de respostas racionais e eficazes às transformações técnicas, políticas, sociais, ambientais e outras” (*Do outro lado da esperança*, 91/92 e 98). E que considera responsável pelo consumismo, pelo desperdício de recursos não renováveis, pela poluição, pelo desemprego, pela discriminação e pela exclusão social, elas próprias geradoras de insegurança, de droga e de criminalidade, chagas sociais que, em outro trecho, atribui ao “modelo económico prevalecente” (*idem*, 166).

Quando os sectores dominantes da social-democracia europeia se dobram aos ventos da ideologia neoliberal, Almeida Santos acusa-a de “concentrar a liberdade nas mãos de novos opressores” (*Avisos à navegação*, 86) e de “produzir mais pobres do que ricos” (*Por favor, preocupem-se!*, 283), esforçando-se por “desmistificar o credo no automatismo das inefáveis harmonias da suposta mão invisível” (*Por favor, preocupem-se!*, 21).

Rejeita mesmo a “fatalidade da competição económica sem regras como condição *sine qua non* da criação de riqueza” e não se revê no que chama “macroeconomistas videntes”, que propagandeiam o neoliberalismo como a última palavra, como o *fim da história* (*idem*, 91 e 97).

E vai talvez um pouco mais longe, quando sustenta que o facto de “a economia de mercado se basear na competição e no lucro” é que explica que “o fosso das desigualdades sociais continue a cavar-se; que o número de excluídos continue a crescer; que a miséria não seja mais exclusivo de alguns continentes e países, mas lepra que afecta, e crescentemente corrói, os países mais ricos” (*Por favor, preocupem-se!*, 20); que “a cifra negra dos pobres, desempregados, analfabetos e excluídos nunca tenha sido tão grande como agora. Nenhum país, por mais rico, escapa a essa maldição” (*idem*, 280).

A pobreza não decorre da natureza das coisas e muito menos pode ser o fruto do desenvolvimento científico e tecnológico. Por isso ela é um escândalo obscuro nesta sociedade dita da abundância, nesta sociedade antropofágica em que uma espécie de *guerra civil* permanente (eu diria *guerra de classes*) provoca todos os anos tantos mortos de fome e de doenças derivadas da fome como os que resultaram da Segunda Guerra Mundial.

E depois vem a *exclusão social*, último degrau da degradação humana, transformando seres humanos em *homens-lixo* (Leonel Moura). Porque a exclusão é coisa diferente da exploração: os explorados estão dentro do sistema e não podem ser ignorados por ele, uma vez que sem explorados não há exploradores. Mas os excluídos, esses, é como se não existissem: não são clientes nem trabalhadores das estruturas produtivas dominantes. Aceitar a exclusão social é, pois, aceitar a “nadiificação do outro”, na síntese dramática do cineasta brasileiro Walter Salles.

Se não acabarmos com este escândalo estamos nós próprios a excluir-nos da humanidade, da dignidade, da simples decência. Estamos a negar e a negar-nos a condição humana.

Fiel à tradição social-democrata, Almeida Santos parece acreditar que os problemas se resolveriam “repartindo melhor, com mais justiça distributiva, a riqueza global” (7 X ABRIL, 35). Por isso defende o sistema público de segurança social (o estado-providência em geral), alegando que ele só corre perigo na *ordem económica, política e social reinante*, mas garantindo que ela não poderá subsistir por muito mais tempo e que “não pode por muito tempo continuar a ser letra morta o direito a um *nível de vida minimamente digno*, que tem assento na Declaração Universal dos Direitos do Homem” (*Por favor...*, 283).

Já escrevi sobre a natureza e os limites das *políticas de distribuição do rendimento*. Filhas, em boa medida, das teorias keynesianas, o seu objectivo maior é o mesmo da chamada revolução keynesiana: salvar o capitalismo da derrocada que parecia iminente. Elas não foram pensadas para pôr em causa a lógica do capitalismo, não podem fazê-lo e não podemos nós esperar que elas o façam, evidentemente.

Ora a verdade é que o capitalismo nasceu como *a civilização das desigualdades*. Segundo os dados disponíveis, por volta de 1750, o PIB *per capita* (em dólares e preços de 1960) rondaria os US\$ 180 para os actuais países desenvolvidos e cifrava-se entre US\$ 180 e 190 para os actuais países subdesenvolvidos. As desigualdades começaram a surgir com a *revolução industrial inglesa*. Em 1813, o primeiro-ministro Benjamin Disraëli escrevia que “a nossa rainha [a rainha de Inglaterra] reina sobre duas nações”. O aumento das desigualdades entre países ditos ricos e países ditos pobres deu um salto enorme com a chamada *segunda revolução industrial* (último quartel do séc. XIX) e a *segunda onda de globalização*, marcada pela corrida às colónias, pela partilha dos territórios coloniais entre as grandes potências do tempo e pelo início da exploração económica sistemática das colónias. De então para cá, o capitalismo tem honrado o seu código genético, com particular êxito neste nosso tempo de *globalização predadora*.

Não vejo como as políticas de redistribuição do rendimento podem resolver os problemas dos países de *desenvolvimento impedido*, nem os problemas da desigualdade, da pobreza e da exclusão social que assolam o mundo todo. Nem vejo que a solução esteja em aceitar o capitalismo ao nível da produção e defender o socialismo ao nível da distribuição. Seria como que a solução da quadratura do círculo. Porque, com toda a humildade, mas com toda a convicção, creio que desde os fisiocratas ficou

claro que as relações de distribuição não podem ver-se separadas das relações de produção.

Cá estou eu de novo a conversar consigo, meu caro Doutor Almeida Santos, fugindo mais uma vez ao prometido. Mas a sedução dos seus escritos arrasta os leitores para a reflexão, a crítica e o debate. Que melhor elogio poderia eu fazer-lhes?

Quero dizer-lhe, porém, que o acompanhamento sem reservas na certeza de que o nosso combate na hora presente é o de salvar o estado-providência, não dando tréguas aos que, como o “ayathola de Chicago”, consideram o *princípio da responsabilidade social colectiva* como “uma doutrina essencialmente subversiva” e defendem que “a caridade privada dirigida para aliviar os menos afortunados” é “o mais desejável de todos os meios para aliviar a pobreza” e é “um exemplo do uso correcto da liberdade”. O ilustre conselheiro de Pinochet deve estar a pensar na liberdade daqueles que fazem a caridade porque talvez precisem de ganhar o céu, ignorando, do alto do seu Prémio Nobel, a liberdade e a dignidade dos condenados a estender a mão à caridade.

Consigo partilho a ideia de que é possível conciliar a igualdade com a liberdade. E creio que estaremos juntos na recusa em aceitar que o estado social não seja viável num tempo em que os ganhos da produtividade do trabalho e a produção da riqueza atingiram níveis até há pouco insuspeitados. O que é necessário é encontrar outros modos de financiamento, fazendo pagar as empresas não em função do número de trabalhadores que empregam (o que onera as pequenas e médias empresas geradoras de emprego), mas em função do volume de negócios ou da dimensão dos lucros (mais elevados nas empresas intensivas em capital, mas com muito poucos trabalhadores).

Senhor Doutor Almeida Santos:

Seguindo os passos e as expressões da sua própria reflexão, direi que vivemos em um mundo governado pelo capital mafioso que se “oculta e se joga à velocidade da luz no casino universal das bolsas, aí onde foge a pagar impostos e escapa à incomodidade da distinção entre a de origem limpa e a de origem suja”, aí “onde o crime organizado a si próprio se lava, após o que acede ao poder económico legítimo, e à sua extensão política”, um mundo governado por aqueles que o senhor chama (7 X ABRIL, 121/122) os “novos senhores feudais”, “os profetas da informação, os donos do dinheiro e os senhores do crime organizado” (talvez a mesma gente – digo eu -, apenas com máscaras diferentes).

Neste mundo do *neoliberalismo-fim-da-história* e do *pensamento único* (que tanta atenção merece nos seus livros), acompanho-o na sua certeza de que os males do mundo não podem resolver-se com uma prática política que se reduza à *conquista de votos gerindo simpatias* e que aposta em “respostas velhas para problemas novos”, nem com uma *democracia formal* que não seja *qualificada substancialmente* “na vertente económica, na vertente social, na vertente cultural” (7 X ABRIL, 8/9 e 128). E acompanho-o no repto que nos dirige: “Recusemos o *prêt à penser*. Rebelemo-nos contra os titãs da informação global que nos impingem formas acríticas de pensar o mundo”; trabalhemos por “um novo pacto”, por “uma nova ordem natural e social” (*Por favor...*, 61 e 72).

Uma coisa sabemos nós: são poderosíssimos os obstáculos (os interesses) a vencer. Em 1995, na sequência da crise da moeda mexicana, “a primeira grande crise dos mercados globalizados” (Michel Camdessus), que pôs em risco o sistema financeiro de todo o mundo capitalista, vários responsáveis políticos vieram a público zurzir os especuladores profissionais (“a sida da economia mundial”, como lhes chamou Jacques Chirac), reconhecendo que eles estão “fora de qualquer controlo dos

governos e das instituições internacionais” (John Major) e proclamando que eles minam a política económica dos países (Lamberto Dini).

Era de esperar que os governos dos países mais poderosos acabassem com este regabofe, liquidando os paraísos fiscais, esses verdadeiros *estados mafiosos* ou *estados bandidos*, de que fala a literatura especializada. Porque o esquema é conhecido e poderia ser desmantelado, assim o quisessem os senhores do mundo.

Mas, ou eu muito me engano, ou eles não o querem. Pouco depois do ataque às torres gémeas de Nova York, quando toda a gente falava de combate sem tréguas ao terrorismo internacional, um jornalista português, Francisco Sarsfield Cabral, fazia no *Público* de 6.10.2001 o seguinte comentário: “Será na determinação de pôr fim aos *off-shores* que teremos a prova real quanto à vontade política de combater o terrorismo e os seus aliados. Por aí, mais do que por acções militares, se verá se a campanha antiterrorista é mesmo a sério”. A verdade é que os *paraísos fiscais* (também *paraísos bancários* e *paraísos judiciários*), os *estados bandidos* continuam incólumes. Porque os grandes senhores do mundo os protegem como quem, no meio da procela, protege a própria casa de família. A soberania desses estados que vivem de ‘vender soberania’ aí está posta a salvo, para alívio do crime organizado, do terrorismo e dos seus aliados. Poderosos aliados estes!

Senhor Reitor

Caros Colegas do Claustro Doutoral

Intellectual atento ao que se passa à sua volta, António de Almeida Santos observa fascinado o espantoso desenvolvimento científico e tecnológico verificado no decurso da sua vida. E reconhece que a educação e a ciência não podem deixar de ser a pedra angular do desenvolvimento humano. Mas não pertence, claramente, ao grupo dos que partilham a

crença beata de que a ciência resolve tudo, de que a salvação pode estar ao alcance de uma mensagem de telemóvel, ou de um click de computador, ou de uma viagem na internet. Almeida Santos não esconde o seu desencanto (às vezes mais parece pavor) perante certas ‘maravilhas’ do mundo moderno: fala da internet como “o novo brinquedo dos curiosos, dos consumistas e dos que padecem de solidão” e pergunta: “o que é mais tóxico e cria mais dependência? A cocaína ou a televisão? A heroína ou o automóvel?” (*Pare, pense e mude*, 7, 8 e 31).

Se bem o interpreto, com esta equação radical quer apenas dizer-nos que o essencial é saber ao serviço *de quem* e *de quê* está a ciência, o conhecimento, o progresso científico e tecnológico, que deveria ser pertença da Humanidade. Esta é a grande questão que se põe, a meu ver, na análise da globalização: esta é uma *política inspirada no neoliberalismo*, não é uma consequência inevitável do desenvolvimento científico e tecnológico, nem se confunde com ele. A crítica à globalização não pode, pois, basear-se na rejeição das conquistas da ciência nem pode apontar para o regresso a um qualquer paraíso perdido.

Almeida Santos acredita que a construção do futuro só pode fazer-se com base na confiança no homem e na sua capacidade de desenvolver, acumular e utilizar condignamente o saber e o conhecimento científico e cultural. Não há outro caminho para a libertação do homem. O que importa é não deixar que o desenvolvimento científico e tecnológico seja colocado ao serviço dos tais “novos senhores feudais”, dos arautos do neoliberalismo, que querem *concentrar a liberdade nas mãos de novos opressores*, como ele escreve num dos seus ensaios.

Com António Gedeão, o “profeta da mudança” Almeida Santos acredita que *o sonho comanda a vida*. Mas ambos sabemos – sabemos todos –, como o poeta sabia e disse como só os poetas sabem dizer, que “o sonho é tela, é cor, sinfonia, máscara grega, magia”, mas é também “retorta

de alquimista, mapa do mundo distante, rosa dos ventos, infante, caravela quinhentista, Cabo da Boa Esperança, (...) passarola voadora, pára-raios, locomotiva, barco de proa festiva, alto forno, geradora, cisão do átomo, radar, ultra-som, televisão, desembarque em foguetão na superfície lunar”. É este sonho, inspirado no desenvolvimento científico e tecnológico, que comanda a vida. Só um sonho assim, lindo como os versos de Gedeão e a música de Manuel Freire, faz que o mundo *pule* e *avance* como bola de cristal por entre as mãos de uma criança!

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Já falei tanto que nem tempo tenho para pedir desculpa pelo abuso. Vou terminar.

Disse-me há tempos o Dr. Almeida Santos: “os meus 81 anos tornam imperdoável a falta de juízo”. Porque a falta de juízo é sempre imperdoável é que eu lhe digo: pois está bem, tenha todo o juízo do mundo, continue a acordar os adormecidos e a lembrar os esquecidos, continue a semear a incomodidade, a provocar os que lhe chamam pessimista, a enfrentar o politicamente correcto.

Disse-me também: “A minha vindima está feita”. Como assim, Doutor Almeida Santos? O senhor sabe muito bem que até ao lavar dos cestos é vindima. E sabe muito bem – porque no-lo recordou há tempos – que “está por fazer o 25 de Abril dos marginalizados, dos excluídos e dos injustiçados” (7 X ABRIL, 70). Já vê quantos cestos temos ainda para lavar antes que a vindima termine! E a vindima é uma festa a que o senhor não quer faltar.

Magnífico Reitor:

Homem sábio e experiente, o senhor António de Almeida Santos escolheu para seu padrinho nesta cerimónia o Doutor José Joaquim Gomes

Canotilho. Se não tivesse já falado demais, ser-me-ia fácil e grato dizer palavras de elogio do apresentante de hoje. Assim, direi apenas que ele é um dos mais prestigiados professores da minha Faculdade e da Universidade de Coimbra. E fico descansado porque o meu Colega Doutor António Pinto Monteiro falará, muito melhor do que eu, sobre os méritos do Doutor Gomes Canotilho.

Andou bem o senhor António de Almeida Santos em tê-lo escolhido como garante dos seus merecimentos para ser recebido como Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra. Fez a escolha acertada.

Por isso, Magnífico Reitor, estou certo de que, apesar de o meu argumento ter ficado longe daquilo que António de Almeida Santos justificava, os méritos do padrinho que escolheu, acrescentados aos seus próprios méritos, bastarão para que V. Ex.^a lhe conceda as insígnias doutorais a que aspira. E não tenho dúvida de que, honrando-o, V. Ex.^a honrará a Universidade.

Coimbra, 9 de Dezembro de 2007

António José Avelãs Nunes